

O GALEGO MEDIEVAL E O BRASIL

MEDIEVAL GALICIAN AND BRAZIL

Xoán Carlos Lagares¹

Universidade Federal Fluminense
xlagares@id.uff.br

Resumo: Neste artigo apresentamos de forma resumida uma exposição crítica da relação histórica entre iberorromance nascido na Gallaecia e o Brasil, discorrendo sobre as conexões e continuidades linguísticas existentes, assim como sobre as interpretações feitas pelos diversos relatos sobre a origem da língua portuguesa no campo da linguística histórica. Também apresentamos outras continuidades culturais, que se expressam naquela língua medieval, e os trabalhos feitos pelos centros de estudos galegos no Brasil para trazê-los a cena nos estudos acadêmicos sobre língua e cultura. Nesse sentido, cumpre um papel muito destacado Maria do Amparo Tavares Maleval, como pesquisadora, editora e coordenadora de núcleos de pesquisa que mudaram a abordagem dada à realidade medieval, ao por o foco na Galiza e revelar as relações linguísticas e culturais que até hoje esse pequeno país do noroeste da Península Ibérica mantém com o Brasil.

Palavras-chave: romance galego, língua portuguesa, linguística histórica.

Abstract: In this article we introduce, in a summarized manner, a critical exposition of the historical relation between the Iberian Romance born in Gallaecia and Brazil, broaching the linguistic links and continuities, as well as the interpretations made for the different reports about the origin of the Portuguese language in the field of the historical linguistics. Furthermore, we introduce other cultural continuities, which express themselves in the aforementioned medieval language, and the work that the Galician study centers in Brazil made to put such continuities on the spotlight in the academic studies about language and culture. In such manner, Maria do Amparo Tavares Maleval had a fundamental role as a researcher, editor, and coordinator of centers of research that changed the approach to the medieval reality, focusing on Galicia and displaying the cultural and linguistic relations that this small country in the Northwest of the Iberian Peninsula shared—and still maintains—with Brazil.

Keywords: Galician Romance, Portuguese language, historical linguistics

Redes ao mar

Se olharmos um objeto boiando no mar, não importa o tamanho, pode ser um navio de carga, um petroleiro, uma humilde barca ou uma madeira à deriva, ele aparece e desaparece ao sabor das ondas, nesse imenso tapete de águas em

¹ Xoán Carlos Lagares é professor associado na Universidade Federal Fluminense e vice-diretor do Núcleo de Estudos galegos. Autor do livro *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018; e co-organizador das obras *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, e *Galego e Português brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói: EdUFF, 2012.

perpétuo movimento. O vento produz o que em galego chamamos de “cabras no mar”, pequenas ondas por todas as partes, rastros de espuma como manchas brancas que se levantam e desaparecem nas águas, pulando em meio à imensidão. É por isso que acompanhar um objeto no mar exige muita atenção, capacidade para fixar o olhar no horizonte e não perder de vista aquilo que à distância sempre é minúsculo, sabendo que ele há de estar ali, mesmo que momentaneamente não sejamos capazes de enxergá-lo.

Olhar o que não pode ser enxergado à simples vista é um desafio para quem pesquisa o passado cultural e suas relações com o presente. Aquilo que por momentos parece ser evidente, logo parece ocultar-se em meio a mares de informações e de dados históricos complexos. Porque a história das comunidades humanas sempre é como um oceano fluído, uma imensidão líquida com referências móveis. Por isso é que precisamos de muita constância e uma grande determinação para olhar esse mar sem perder de vista o objeto, sabendo distinguir aquilo que pode, de fato, nos orientar e não nos deixando levar por aparências enganosas.

Essa determinação e essa constância na observação da cultura galego-portuguesa e suas relações com o presente no Brasil eram características marcantes da professora Maria do Amparo Tavares Maleval. Conheci a professora na Universidade da Corunha, quando eu nem sonhava ainda com um dia vir morar no Brasil. Ela foi minha professora num curso de pós-graduação sobre neotrovadorismo brasileiro que deixou a minha turma fascinada com essas redes invisíveis que atravessam o oceano Atlântico. Depois, já no Rio de Janeiro, a professora Amparo foi a primeira pessoa a me acolher no sistema universitário brasileiro, ao me receber na Universidade do Estado do Rio de Janeiro para lecionar Literatura Portuguesa I, precisamente a disciplina que explorava os caminhos da Galiza nas primeiras obras poéticas e em prosa que compõem a história da literatura de Portugal. Os meus próprios caminhos me levaram para outros destinos, na pesquisa em linguística histórica, mas a parceria com a saudosa professora Maleval e com o Programa de Estudos Galegos da UERJ continuou e continua até hoje, porque temos um mar imenso para navegar juntos.

Uma das questões que nos provocam o desejo de continuar rumando por

esses mares é precisamente a do passado galego do português, um passado que pode parecer ainda mais remoto se visto a partir do Brasil, este país continental que se encontra do outro lado do oceano. Sobretudo se consideramos a complexidade da história brasileira, com suas violências contra os povos originários e contra os africanos trazidos como escravos para trabalhar em condições duríssimas na produção agrícola, e se não esquecemos que esse vínculo cultural não tão evidente se dá em relação a um pequeno país sem Estado, mergulhado na realidade político-administrativa da Espanha. Isso faz com que seja mais difícil ainda enxergá-lo: a galega é uma cultura meio submersa que luta há séculos para se manter a salvo. Mas se não tiramos a vista do objeto, percebemos que nessa imensidão móvel ele ainda está ali, mesmo que ocasionalmente mergulhado entre a água e o céu. Trazê-lo à luz, reconhecê-lo, é o nosso objetivo.

O iberorromance galego contra o português arcaico

A origem galega do português não é matéria conflituosa nos relatos da linguística histórica românica. Os fatos são conhecidos e os testemunhos escritos não deixam margem de dúvida sobre a existência de uma comunidade cultural medieval no Noroeste da Península Ibérica, num território que hoje corresponde à Galiza e ao Norte de Portugal. A essa área geográfica, que chega até as margens do Rio Douro, pertencia a maioria dos jograis e trovadores que faziam parte do espetáculo trovadoresco, embora a região de origem dessa cultura se situe num espaço da costa, no ocidente das terras galego-portuguesas, compreendida entre Ponte-vedra, nas Rias Baixas galegas, e a cidade portuguesa de Ponte de Lima.

Os testemunhos escritos da prosa notarial, editados e analisados em suas características fonético-fonológicas e morfológicas por Clarinda de Azevedo Maia na sua incontornável *História do Galego-Português*, também dão conta da existência de “uma comunidade linguística no Noroeste de Portugal e na Galiza, o que, naturalmente, não implica uma unidade total, uma total uniformidade na língua das duas regiões”². Para ela, era evidente o fato de nos encontrarmos aí na presença de

² MAIA, C. de Azevedo. *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra:

um mesmo “sistema linguístico”, embora esse sistema fosse (como sabemos que sempre é) heterogêneo, submetido a variação linguística, tanto dentro da área portuguesa quanto na galega.

A edição de textos notariais, escritos por tabeliães para responder a necessidades locais concretas, como assinar contratos ou redigir testamentos, permitiria uma aproximação à realidade dialetal da época. Eles constituem os “maus dados” com que, inevitavelmente, a linguística histórica tem de lidar para descrever situações sociolinguísticas do passado mais remoto, com o objetivo de extrair as melhores conclusões possíveis.

Essa unidade relativa, que só é contestada modernamente por alguns autores como Ramón Lorenzo em sua edição da galega *Crônica Troiana*, do século XIV, faz parte do relato histórico canônico da língua portuguesa³. Para o filólogo galego, no entanto, as variantes encontradas no manuscrito, relacionadas aos usos de diferentes copistas, galego e português, seriam a prova da existência de uma “deriva galega” e de uma “deriva portuguesa” já desde a Idade Média. Na realidade, podemos considerar a identificação dessa “deriva” (e o próprio uso desse termo cunhado por Sapir) um efeito de “paralaxe”, um fenômeno de ótica que consiste em reconhecer diferenças aparentes na localização de um objeto de acordo com os diferentes pontos de observação. O nosso ponto de vista é, inevitavelmente, o do presente. O fato de encontrarmos variantes que logo se consagrariam como estereótipos linguísticos galegos ou portugueses só é possível porque já conhecemos o que se tornou depois o galego e o português, nas condições históricas concretas de cada uma dessas línguas. Esse efeito é produto, enfim, do fato de imaginarmos ambas as variedades como línguas diferenciadas. A variação interna à comunidade é vista então como o germe gerador de duas comunidades diferentes, produto de algum tipo de *força interna* de diferenciação do sistema linguístico, de acordo com certo estruturalismo que faz tábula rasa dos contextos sociais e históricos. Na realidade sociolinguística da época, no entanto, essas variantes poderiam identificar

Instituto Nacional de Investigación Científica, 1986, p. 889.

³ LORENZO, Ramón (ed.) *Crónica Troiana. Introducción e texto*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1985.

variedades geográficas mais ou menos fluidas, sem limites bem recortados (como são, de fato, as variedades linguísticas).

Mas, como dizíamos, o fato de serem essas falas galegas as que se espalharam para o Sul, com o avanço da conquista cristã sobre território muçulmano, é um ponto pacífico da historiografia da língua portuguesa. Mattoso Câmara⁴, por exemplo, afirmava ser “o mesmo romance” o do pequeno reino de Portugal e o da região da Galiza; e numa obra mais recente, a *História sociopolítica da língua portuguesa*, Carlos Alberto Faraco descreve esses mesmos acontecimentos da seguinte maneira: “O movimento político-militar de expansão e “reconquista” levou para o sul a língua românica vernácula que se constituía no noroeste peninsular, na área inicial da antiga Gallaecia, posteriormente (no século XIX) designada por *galego-português*”⁵.

A questão da nomeação não é um assunto de pouca importância. De fato, é nomeando que delimitamos essas realidades plurais e altamente complexas que identificamos como línguas. Os nomes que recebe essa realidade linguística foram dados *a posteriori*, dado que naquela época as variedades românicas faladas eram percebidas como um *continuum* de variação e reconhecidas apenas em oposição às verdadeiras línguas do momento, as que tinham tradição escrita e instrumentos gramaticais para guiar os usos: o latim, o grego, o hebraico e o árabe. Essas falas românicas eram reconhecidas apenas como linguagens, vulgares ou romances...

E é precisamente nos nomes atribuídos àquela realidade linguística medieval onde se manifestam com toda nitidez as perspectivas ideológicas implicadas nos relatos históricos. O ponto de vista adotado pela maioria dos autores está condicionado, logicamente, pelo carácter teleológico da história da língua. Ela constitui o relato de um objeto que nunca é, ao longo dos tempos, igual a si mesmo, que está não apenas em permanente mudança no que diz respeito às práticas, aos usos linguísticos, mas que também se vai transformando em relação às representações, às ideias que os próprios falantes fazem dele.

Roberto Mulinacci⁶, num ensaio em que questiona os fundamentos da

⁴ MATTOSO CÂMARA Jr., José. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985, p. 17-18.

⁵ FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016

⁶ MULINACCI, R. Prolegômenos para uma história linguística da lusofonia (des)unida. In: BAGNO,

história linguística da lusofonia, cita Ivo Castro⁷ para definir a história da língua portuguesa como a “história do Portugal falante”. Esse procedimento metodológico, ligando logicamente a história das línguas à história social das comunidades que a falam, responde ao que Richard J. Watts⁸ denomina “visão de funil”, isto é, converte em objetivo da pesquisa dar conta da emergência da língua padrão, reconhecendo a existência de um “*input* multidialetal” que vai se estreitando para dar lugar à língua atual tal e como ela é reconhecida:

Se, de fato, a metáfora do funil é a mais adequada para descrever a abordagem prevalente do trajeto evolutivo da língua portuguesa, uma vez que quase todas as histórias remontam, no mínimo, ao galego-português, na sua qualidade de variedade (matriz?) arcaica e estilizada do que viria a ser depois o português-padrão saído do “túnel”, resta, porém, saber quando deveremos colocar – cronologicamente falando – a entrada dele no túnel e, sobretudo, quais ingredientes despejar no cone do funil para obter aquele resultado⁹.

Para o autor italiano, enfim, é legítimo que “os falares românicos do noroeste da Península Ibérica possam ser relidos à luz da formação de uma comunidade de fala portuguesa, conquanto seja certamente menos legítimo que o galego tenha sido por longo tempo apagado da história e do imaginário dessa comunidade”¹⁰.

A perspectiva mais recorrente costuma ser a que se identifica com o relato da construção da língua nacional de Portugal. Como diz Michael Billig¹¹, no seu livro sobre “nacionalismo banal”, é na nação onde deve ser procurada a origem da “língua”, embora os relatos nacionalistas simulem fazer o contrário e procurar na língua a origem da nação. Daí que os nomes atribuídos a outros períodos históricos, mesmo quando ainda não existia uma “nação portuguesa”, privilegiem majoritariamente o termo português, adjetivado para dar conta do seu carácter ainda seminal em relação ao que viria a ser depois essa língua. Leite de Vasconcelos

Marcos e VIEIRA, Francisco Eduardo (org.). *História das línguas, histórias da linguística*. São Paulo: Parábola, 2020, p. 211.

⁷ CASTRO, I. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

⁸ WATTS, R. J. *Language myths and the history of English*. Oxford: Oxford University Press, 2012

⁹ Op. cit., p. 221.

¹⁰ Ibidem., p. 221.

¹¹ BILLING, M. *Banal nationalism*. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 1995.

chamava a língua do período medieval e até meados do século XVI de “português arcaico”; já Silva Neto diferenciava entre o “período trovadoresco”, até 1420, e o “português comum”, a partir dessa data e até 1550. Por sua vez, Lindley Cintra mantinha essa divisão temporal entre o que ele denominava “português antigo” e “português médio”. Pilar Vazques Cuesta chama esse primeiro período, que corresponde ao trovadoresco, de “galego-português”, e o que vai de 1420 até 1550, de “português pré-clássico”¹². Um fato histórico arrolado como justificativa para essa divisão de períodos históricos é a ascensão da dinastia de Avis em Portugal, já comprometida politicamente com a formação de um reino independente com capacidade para escrever sua própria história.

Como consequência desse olhar sobre a realidade histórica mais remota da língua, acaba se produzindo um apagamento do passado galego, como se o português fosse o que é, enquanto objeto claramente reconhecível, já desde as suas origens no Noroeste peninsular, totalmente dissociado das complexas dinâmicas sociolinguísticas que o vão conformando ao longo dos tempos.

Nesse panorama, o termo galego-português, com algumas variantes como galaico-português ou galécio-português, parece ser uma espécie de solução de conveniência entre o reconhecimento do passado galego e o compromisso de contar a história da língua portuguesa desde os seus inícios. Como categoria linguística para referir esse momento histórico, ele circulava já em ambientes filológicos portugueses e alemães desde o século XIX. Acontece que, como lembra Fernando Venâncio, nesse termo composto o “português” é usado para identificar uma língua que existiria antes mesmo de existir o reino de Portugal:

Por isso, a linguística portuguesa mais esclarecida sugere que denominar português qualquer variedade linguística anterior a 1400 é resvalar num anacronismo, e pelo menos numa sofrível incongruência. Até essa data, Portugal utilizou a língua que herdara ao fazer-se independente: o galego. Historicamente, o português é um fenômeno tardio¹³.

¹² Veja-se MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico*. Fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006, p. 25.

¹³ VENÂNCIO, F. *Assim nasceu uma língua*. Sobre as origens do português. Lisboa: Guerra & Paz, 2019, p. 83.

Marcos Bagno, por outro lado, relaciona esse apagamento do galego à recusa, por parte dos filólogos portugueses, de reconhecer que o português é a continuidade histórica da língua galega levada para o sul com a conquista de território. E essa recusa estaria baseada num preconceito, por ser já o galego nessa altura considerado “uma língua de campônios rudes, uma língua sem prestígio”¹⁴.

A esse argumento, Thiago Zilio Passerini, que estudou as referências ao galego em textos de gramáticos e filólogos do português dos séculos XVI e XIX, acrescenta os interesses políticos desses dois momentos fundamentais na constituição do reino (em primeiro lugar) e da nação (posteriormente) de Portugal: “uma atitude de reafirmação da soberania lusitana, constantemente ameaçada politicamente e linguisticamente pelos vizinhos castelhanos”¹⁵. O galego nesses momentos representa já uma parte caída da língua histórica, por causa da sua submissão política ao reino de Castela, um exemplo *a contrario* do que o português poderia (ou deveria) ser como língua independente¹⁶.

O galego por baixo das ondas

Se é legítimo e, em certa medida, inevitável que na história da língua portuguesa os fatos sejam ajeitados para dar conta do nascimento de uma comunidade linguística identificada num primeiro momento com Portugal, não o é tanto esse apagamento do passado galego da língua. De uma perspectiva sociolinguística, do meu ponto de vista, é preciso prestar atenção aos processos históricos de individuação do português, representado já no imaginário social como a língua de Portugal.

E esse processo pode ser investigado e claramente percebido no discurso sobre a língua desenvolvido pelos gramáticos portugueses, a partir do século XVI, no período que corresponde à gramatização da língua¹⁷. Aí percebemos com nitidez

¹⁴ BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 224.

¹⁵ PASSERINI, Th. Z. *Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima?* O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos pós-graduados em Língua Portuguesa. PUC-São Paulo, 2019, p. 206.

¹⁶ CORREDOIRA, F. V. *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano*. O galego como exemplo *a contrario*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1998.

¹⁷ Veja-se AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

a “ruptura” na consideração do português como língua independente do galego e é por isso que podemos identificar nesses textos uma quebra na *continuidade histórica*, pois essas gramáticas desconsideram amplamente as variantes do Norte (relacionadas não apenas à Galiza, mas também, em boa medida, às variedades do Norte do próprio Reino de Portugal).

A conhecida afirmação de Duarte Nunes de Leão, na sua *Origem da Língua Portuguesa* (1606), descreve com precisão sociolinguística como se dá essa mudança nas representações sociais em relação à língua portuguesa:

[...] as quais ambas [as línguas de Galiza e Portugal] eram antigamente quase ãa mesma, nas palavras e nos ditongos e pronúnciação que as outras partes de Espanha não têm. Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte, que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza¹⁸.

A diferença é descrita nesse texto do início do século XVII em termos de vantagem sociolinguística das variedades do Sul, identificadas com a Corte lisboeta. O “português” tem os atributos próprios de uma variedade cortesã, de acordo com as convenções sociais que estabelecem distinções na sociedade do momento. A “cópia” ou abundância de vocábulos para certos usos de prestígio está atrelada também ao desenvolvimento da expressão escrita para todo tipo de gêneros¹⁹.

A afirmação sobre a ausência de reis e de corte em Galiza é discutível, em termos históricos, mas manifesta a baixa valoração social daquele que fora um reino com poder e prestígio durante a Idade Média. “Nunca houve em Galiza”, realmente, uma corte real como aquela que nesse momento, início do século XVII, centralizava o poder em torno do monarca e podia instaurar um sistema burocrático integrando a nobreza. Aqueles velhos tempos do esplendor medieval eram outros. Mas a identificação entre língua e poder é explícita. A língua forjada e polida na corte é já

¹⁸ LEÃO, D. Nunes de. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Intr., notas e leitura de M. L. Carvalho Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 220.

¹⁹ Veja-se LAGARES, X. C. Sobre a noção de galego-português. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 35, 2008, p. 61-82.

um instrumento político a serviço das elites. A origem da língua portuguesa, nas palavras de Duarte Nunes de Leão, está ligada ao início de uma tradição padronizadora autônoma que desconsidera essas falas galegas (até mesmo num sentido amplo), reconhecidas como rurais e estigmatizadas por sua falta de prestígio social.

É desse ponto de vista que Henrique Monteagudo interpreta as relações históricas entre o português brasileiro atual, resultado de outras relevantes rupturas históricas, e o português clássico (e também o galego) em termos de “filiação genética”:

De feito, a historia permite comprovar que o relativo isolamento dos (sub)conjuntos de variedades dunha lingua é o que crea as condicións propicias para a fragmentación desta e a aparición de novas linguas: non hai lingua sem comunidade discursiva, e non hai comunidade discursiva se non hai comunicación. É precisamente neste senso que se revela pertinente a distinción que antes establecemos entre continuidade histórica (que se situa no plano da *historia* do polisistema, isto é, da permanência na comunicación e na integración simbólica das comunidades) e filiación xenética (que se sitúa no plano da diacronía, sistemático-lingüístico, e non presupón permanencia da comunicación nin da integración simbólica das comunidades)²⁰.

Se a língua padrão constitui o “foco de reconhecimento” da língua, é possível ainda perceber certa continuidade histórica, no entanto, olhando por baixo dela, na variação dialetal que sempre se manifesta nos usos daqueles falantes mais afastados da norma. Por isso, não é estranho que muitos fenômenos registrados nas falas populares galegas (durante muito tempo representadas também por escrito na literatura, por causa da ausência de uma “norma literária”) sejam comuns em diversas variedades orais brasileiras:

- Formas desnasalizadas como *orixe*, *home* ou *onte*. Neste último caso, Antenor Nascentes em *O linguajar carioca* assinala a identificação com o galego: “Em *ontem*, a pronúncia popular *onte* (como a forma galega) é a verdadeira, pois o *m* é uma nasal de contaminação”²¹.

²⁰ MONTEAGUDO, H. Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronia comparada. In: LAGARES, Xoán Carlos; MONTEAGUDO, Henrique (org.). *Galego e português brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói: EdUFF/Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012, p. 49.

²¹ NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões”, 1953, p. 34.

- Assimilação do grupo [wa], com a labialização do [a], assimilação e posterior crase, nas palavras que começam com “qua-”: *coresma, contía, corenta*.
- O chamado “yeísmo” na tradição gramatical galega (e espanhola) remete aos processos brasileiros, identificados de forma estereotipada com o “português caipira”, de vocalização da lateral palatal em palavras como *mulher*, em muitos casos com a posterior palatalização da semivogal: *mulher ~ muié, filha ~ fia, folha ~ foia, navalha ~ navaia*.
- Formas como *antonte* (anteontem), *tresantonte* ou *trasantonte* (antes de anteontem), ou *despois* e *dispois*, onde o /s/ é etimológico.
- Assimilação da oclusiva bilabial sonora no grupo [mb]: *também > tamém*.
- Assimilação da oclusiva dental sonora no grupo [nd]: *voando > voano*.
- Paragoge: inserções vocálicas em coda silábica: *mar > mare, comer > comere, calor > calore*. No caso do galego essa vogal costuma ser um [e], em falas brasileiras populares é mais comum que seja um [i]: *mari, cumeri, calori*.
- Epêntese: inserções vocálicas em grupos consonantais: *gravata > garavata, tramela > taramela, broa > boroa*.
- Aférese: queda vocálica no início de palavra: *amarelo > marelo, açúcar > sucra (~ sucre), abençoado > bençoado*. Esse fenômeno pode ter efeito sobre a consoante seguinte quando ela é um /s/, como acontece com a pronúncia *tá* por *está*, comum às falas brasileiras e galegas.
- Alternância entre as consoantes líquidas /l/ e /r/: *globo > grobo, planta > pranta, peregrino > pelingrino*. A mascote e símbolo do Ano Santo Compostelano de 1993 recebia o nome de Pelegrín, remetendo a essa forma popular. Como acontece no português, muitos desses fenômenos não são aceitos pela norma-padrão (no caso galego, por nenhuma das propostas normativas), de maneira que o modelo de correção obriga a usar *globo* e *planta*. No entanto, nas normas galegas oficiais, é reconhecida a forma *frauta*, onde o português fixou a palavra com o /l/ etimológico, *flauta*.

Precisamente, num texto publicado no Blog da Parábola Editorial, Marcos Bagno, explicando como a noção de “erro” gramatical é contingente e está condicionada pelas circunstâncias históricas que rodeiam a constituição da norma-padrão, chamava a atenção sobre muitos desses fenômenos da língua oral:

Com a formação de Portugal como reino independente e com a permanência da Galiza (até hoje) sob o domínio da coroa castelhana, a língua, originalmente uma só, passou a ser falada em duas entidades políticas diferentes. E em cada um desses territórios ela se reestruturou, se reorganizou de acordo com as peripécias sociais, políticas, econômicas, culturais vividas por suas populações. Com isso, muitas formas antigas, que eram empregadas nas duas margens do rio Minho (que separa Portugal da Galiza), permaneceram em uso no galego, enquanto foram

abandonadas ou sofreram mudanças no português. É o caso precisamente de todos os exemplos que dei acima. Assim, quando alguém no Brasil usa alguma daquelas formas, não está falando “errado”, está falando “antigo” ou, sem saber, está falando... galego, e galego moderno, cultíssimo, literário!²².

Mas essa continuidade submersa, que requer um olhar atento sobre as ondas do mar, não é apenas linguística, mas também cultural num sentido mais amplo. O intelectual galego Valentín Paz Andrade, apaixonado pela cultura brasileira, publicava em 1978 um livro prefaciado por Paulo Rónai (que depois faria a “tradução” da obra para o português, publicada em São Paulo²³), com o título *A galecidade na obra de Guimarães Rosa*. Ao elencar as premissas que o levavam a fazer esse mergulho nas origens culturais galegas na obra do escritor brasileiro ele relatava, com evidente entusiasmo, as seguintes fases no percurso histórico: constituição de um espaço galego-duriense, desde o mar Cantábrico até o Rio Mondego; proliferação do romance no nível do povo “con ritmo assimilativo crescente, vocabular e sintáctico, con diversos contidos e combinacións expresivas, en retesía con a *estrutura nai* do latín”²⁴; rompimento da unidade política, com a manutenção da comunidade linguística; maturidade literária na poesia trovadoresca ao mesmo tempo que se consolida a “independência da monarquia lusitana”; constituição de Portugal num reino independente em expansão territorial, momento em que Luís de Camões escreve *Os Lusíadas*, sendo que “o poema, non en canto ao fragor épico, mais en canto ao léxico, pudera terse por tan galego como português”²⁵; chegada do português ao Brasil nas naus de Pedro Álvares Cabral:

É precisamente aquela senlleira experiencia, en tanto engloba unha transmisión da lingua a determinado nivel, e d-outros elementos etnográficos, aínda sobreviventes, o que fixo posíbel no noso tempo

²² BAGNO, M. Analfabetismo funcional e língua portuguesa. O certo, o errado e o galego. *Blog da Parábola* Editorial, 2018. Disponível em <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/analfabetismo-funcional-e-lingua-portuguesa> (Acesso em 29 de setembro de 2021).

²³ PAZ ANDRADE, V. *A galecidade na obra de Guimarães Rosa*. Tradução de Paulo Rónai. São Paulo: Difel, 1983.

²⁴ PAZ ANDRADE, V. *A galecidade na obra de Guimarães Rosa*. Sada/A Corunha: Edicións do Castro, 1978, p. 19.

²⁵ Ibidem, p. 20.

o milagre literário de que foi protagonista João Guimarães Rosa²⁶.

O primeiro registro do livro, após a introdução, é a listagem dos sobrenomes de linhagens galegas medievais transferidos aos territórios conquistados por Portugal. E ali encontramos os Abuim, Andrade, Ataíde, Barbosa, Caldas, Campos, Caldeira, Castro, Carvalho, Correa, Cunha, Figueiredo, Fonseca, Freire, Furtado, Guimarães, Lemos, Martins, Machado, Medeiros, Nunes, Oliveira, Pacheco, Peixoto, Pimentel, Queiroga, Quintela, Rebelo, Rezende, Saavedra, Saldanha, Soares, Teixeira, Valboa, Vilarinho, Veiga e muitos mais. Junto com eles, Paz Andrade escolma locuções e frases “de cunho galego” na prosa de Guimarães Rosa e se detém a identificar elementos etnográficos, nos aforismos, nos costumes que se manifestam na cultura rural, na presença do *demo* (demônio) no imaginário popular, na figa, no São João...



A RODA DE SAN XOÁN, por Castelao, no núm. 1 da revista «Núa», publicado en Ourense, 30 outubro 1920



A RODA DE SAN JOÃO, por Poty, unha das ilustracións de «Sagarana», primeiro libro de Guimarães Rosa

Figura: Ilustrações da página 149 de *A galecidade* na obra de Guimarães Rosa

²⁶ Ibidem, p. 20.

Talvez o entusiasmo por encontrar o seu objeto nesse oceano cultural brasileiro leve o autor a identificar como galegas, de forma quase automática, muitas expressões de vivências das culturas rurais que devem ser, em boa medida, universais. Mas as tramas dessa continuidade também são, de muitas maneiras, evidentes.

Reatar os nós. A cultura galega no Brasil

*Mas em meu lábio cerrado
– ai, verde terra! Ai, verde mar! –
fica o vestígio do canto,
ai!
do grande canto guaiado
para quem o interpretar...*

Cecília Meireles

Com as caravelas portuguesas, chegou ao Brasil toda a sorte de elementos que permanecem, após séculos de contato e interação com outras tradições, na cultura popular. Em seu livro de título instigante, *Poesia medieval no Brasil*, Amparo Tavares Maleval²⁷ cita, por exemplo, as composições anônimas, coletivas, épico-líricas que respondem pelo nome de *romances*, recriados ainda hoje por cantadores nordestinos e por poetas “cultos”.

Da tradição oral ibérica medieval, de inegável pegada galega, fazem parte também as disputas poéticas que ainda hoje constituem gêneros da poesia popular a ambos os lados do Atlântico. Encontramos esse tipo de duelo verbal nas tenções trovadorescas, composições “feitas per maneiras de razon que un aja contra outro en que un diga aquilo que por ben tiver na primeira cobra, e o outro responda-lhe na outra dizendo o conrairo”, como diz o título III da *Arte de Trovar*²⁸. Em 1998, o cantor francês Manu Chao, filho do jornalista galego Ernesto Chao, juntava em

²⁷ MALEVAL, M. do A. Tavares. *Poesia medieval no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 2002.

²⁸ Vid. LANCIANI, G.; TAVANI, G. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, s.v. Tenção.

Santiago de Compostela, num evento que ele chamou de “Feira das Mentiras”, dois repentistas do Ceará, Rubens Ferreira e Doutor Antonio Ferreira, acompanhados de viola, com *regueifeiros* galegos, que faziam suas apresentações sem instrumentos. O diálogo poético se tornava possível por causa da continuidade linguística galego-portuguesa, numa prática artística que remonta às suas raízes medievais.

A regueifa é, tanto na Galiza como em Portugal, um bolo doce servido em festas de casamento, ocasião na qual até hoje se mantém a tradição da disputa em versos cantados. Em algumas localidades, são os vencedores que recebem como prêmio o pão doce, daí talvez o nome do gênero poético.

Mas não é apenas na cultura popular oral que se recria a tradição da poesia medieval, ela também está presente na literatura escrita de ambos os continentes. Maleval lembra que tanto na Galiza como no Brasil, o neotrovadorismo, a produção poética que toma como referente e modelo as composições medievais galego-portuguesas, surge no início do século XX, relacionado às vanguardas literárias. Na Galiza, embora heterogêneo, constitui um movimento de recriação daquele universo medieval não meramente saudosista, mas ligado a formas de renovação poética preocupadas pela reivindicação cultural autóctone. No Brasil, “muitos dos primeiros “neomedievalistas” brasileiros são contemporâneos ou participantes do movimento modernista”²⁹. E esse seria um fato destacável, uma vez que o Modernismo procurava a emancipação da literatura e da língua brasileira em relação aos modelos portugueses e aos valores eurocêntricos, como diz também Amparo Maleval:

Mas a poesia lírica medieval galaico-portuguesa, raramente revisitada nos séculos da nossa colonização, apresentava-se no início do século XX como novidade redescoberta, pois, como vimos, os Cancioneiros medievais só a partir do final do século XIX passaram a ser divulgados através de publicações integrais. Quanto à poesia épico-lírica do Romanceiro hispânico, tendo em vista o seu caráter de oralidade, integrara-se ao imaginário do nosso povo, sem poder ser considerada uma “receita” ou uma forma de subserviência a modelos estrangeiros³⁰.

A redescoberta, capaz de criar coisas novas, marcou, enfim, muito do fazer

²⁹ Op. cit, p. 27.

³⁰ Ibidem, p. 27-28.

acadêmico de Maria do Amparo Tavares Maleval, fundadora no Brasil de dois centros dedicados a cultivar essa relação cultural entre a Galiza e o Brasil: o Núcleo de Estudos Galegos da UFF e o Centro de Estudos Galegos da UERJ, em convênio com a Xunta de Galicia. Centralizando nessas instâncias o trabalho de recuperação da cultura galega para o Brasil, esses núcleos irradiadores foram e continuam sendo o espaço acadêmico que permite a realização de pesquisas sobre língua e literatura, a celebração de seminários, encontros, jornadas e cursos, assim como a publicação de revistas e de livros, entre os quais se destaca, pela sua relevância, a coleção Estante Medieval, da EdUFF, dirigida por ela durante anos.

Ainda há muito a explorar nessa imensidão oceânica das relações culturais galego-brasileiras, ainda temos muito a aprender sobre como se tecem os fios que unem populações tão distantes num caminho de ida e volta em que todos e todas saímos ganhando. E, se ainda estamos percorrendo esses caminhos, é graças ao trabalho constante e à dedicação de quem enfrentou esse alto mar e nele deixou esteiras que guiam, por entre as ondas, a todos nós.

Artigo recebido em 03/12/2021

Artigo aceito em 15/12/2021